



# Se liga na Rocinha!



Janeiro de 2022 - Informe nº 4 do projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva  
Ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade  
Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI/PUC-Rio  
Diretora: Irene Rizzini (Profª PUC-Rio/DSS) | Coordenadora Executiva: Maria Cristina Bó  
Autores: Eliane Gomes e Leandro Castro | Editores: Renata Brasil, Irene Rizzini e Malcolm Bush

Neste informe, apresentamos os resultados da segunda consulta realizada junto à comunidade da Rocinha. Entrevistamos profissionais de creches para entender alguns aspectos sobre o funcionamento dessas instituições e sobre a Educação Infantil na Rocinha.

Essas informações são importantes para o projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva<sup>i</sup>, que visa estimular a educação das crianças de 0-5 anos de idade com base nos princípios de inclusão, participação e segurança. Você pode acessar os informes anteriores e outras informações sobre o projeto através do site [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br).

## Introdução

Entre os meses de abril e junho de 2021, entrevistamos quatro profissionais que atuam em diferentes tipos de creche na Rocinha: municipal, conveniada com o município e particular. Utilizamos um roteiro estruturado, que foi elaborado a partir de uma questão fundamental para o projeto em curso: como fortalecer a educação infantil na comunidade?

A consulta foi uma oportunidade de diálogo sobre o atendimento nas creches antes e durante a pandemia de Covid-19, as suas estratégias pedagógicas de inclusão das crianças e a sua relação com as famílias.

Também escutamos os profissionais<sup>ii</sup> sobre as formas de suporte financeiro e as

condições de segurança das creches. Buscamos, ainda, identificar de que forma o projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva poderia contribuir com essas instituições a fim de fortalecer a educação infantil na Rocinha.

Durante a pandemia de Covid-19, o funcionamento das creches foi afetado com o fechamento das instituições por um longo período, a partir de março de 2020. As crianças deixaram de frequentar as instituições, o que interferiu nos vínculos e na interação delas na creche como espaço de estímulo, aprendizagem e desenvolvimento. As crianças que iniciavam seu primeiro ano na educação infantil tiveram suas vivências e experiências presenciais adiadas pela pandemia.

Uma das pessoas consultadas expressou sua impressão inicial sobre o fechamento da creche e a pandemia: “(...) Em março, na nossa cabeça ingênua, a gente ia

*ficar fechado uma semana, duas no máximo, e a vida ia voltar ao normal. A pandemia ia passar por aqui como uma chuva e ia embora".* No entanto, contrariando as expectativas, as creches só retomaram suas atividades profissionais em junho de 2020. Foi quando puderam criar estratégias pedagógicas e oferta de apoio às famílias no âmbito da segurança alimentar.

Só em maio de 2021 o retorno presencial das crianças às creches seria autorizado, sob novas condições de funcionamento institucional e regras preventivas à disseminação do coronavírus. As orientações da saúde pública e o avanço da vacinação foram fundamentais para a reabertura. No entanto, até que isso fosse possível, as atividades propostas pelas creches foram adaptadas para o modelo à distância. A elaboração de materiais para as crianças fazerem em casa com suas famílias e o uso de recursos online representaram importantes desafios para a educação infantil nesse período.

De acordo com a consulta realizada, o modelo à distância exigiu dos profissionais a (re)avaliação dos conteúdos e da linguagem, assim como muita criatividade e ludicidade. E também exigiu conhecimentos e recursos (tecnológicos e financeiros) que nem sempre estiveram disponíveis para os educadores e para as famílias das crianças.

Foi em meio ao processo de reabertura das creches que realizamos esta segunda consulta à comunidade da Rocinha. Seus resultados serão apresentados de acordo com os temas em destaque no nosso projeto: participação, inclusão, segurança e, por fim, conclusões que inspiram os próximos passos do projeto.

## Participação

A participação das famílias junto às creches foi um dos desafios relatados pelos profissionais consultados. Há um reconhecimento institucional sobre a importância da participação das famílias. Elas são convidadas para reuniões, encontros, eventos e atividades com as crianças, no período de adaptação e ao longo de sua permanência na creche. Nessas ocasiões, os temas abordados costumam girar em torno do desenvolvimento das crianças e da importância da participação dos pais/responsáveis no seu processo de aprendizagem. A fala de um dos entrevistados sintetiza esse reconhecimento:

*“A gente precisa dessa participação. Escola e família precisam falar a mesma língua. Escola e família precisam se entender, a gente não pode confundir a criança nesse sentido”.*

Durante a pandemia, sem atividades presenciais, essas instituições precisaram se adaptar a um novo modelo de aprendizado, à distância, que exigiu o uso de tecnologias para a comunicação com as crianças. Isso as fez repensar também as estratégias de participação dos pais e/ou responsáveis no processo de aprendizagem. As famílias se tornaram pontes para o contato entre as crianças e os educadores no ambiente virtual e/ou através das atividades propostas para serem realizadas em casa.

Os profissionais consultados revelaram grande preocupação para que as crianças não ficassem sem atividades. Um deles destacou os investimentos realizados para a

preparação das crianças para as etapas posteriores de ensino: *“(...) Mas durante esse período da pandemia é o que eu te falei foi assim uma luta constante, assim de muita ligação sabe de não deixar as crianças sem atividade. (...) Nós conseguimos oferecer todo suporte pedagógico. Não era vim aqui levar uma folhinha não! Conseguimos preparar 12 crianças ou 16 crianças para o Fundamental. Foi muito bacana sabe a assistência da professora do pré-II, sabe? Ela fez um trabalho excepcional modéstia à parte”.*

Todas as creches consultadas propuseram atividades para as crianças durante esse período. As atividades impressas foram elaboradas incluindo fluxos semanais de entrega e retorno. As famílias recebiam a proposta de atividade com os materiais necessários para sua realização, evitando qualquer tipo de despesa para as famílias, que já enfrentavam diversas dificuldades geradas pela pandemia. Em uma das instituições, inclusive, a entrega das atividades para as crianças era realizada junto com doações de alimentos.

Os profissionais das creches também recorreram ao uso de ferramentas digitais a fim de manter o vínculo com as crianças e para não sobrecarregar as famílias pelo ensino de competência profissional. No entanto, as instituições consultadas identificaram que as dificuldades de acesso à internet, a falta de recursos tecnológicos e a inexperiência em manusear essas ferramentas foram as principais motivações para que as crianças e as famílias não conseguissem participar de forma efetiva das atividades virtuais.

Esse cenário trouxe novidades e desafios não apenas às famílias, mas também aos profissionais das creches que precisaram se adaptar a condições diferenciadas para o planejamento e execução das atividades e ao

uso de ferramentas tecnológicas que desconheciam.

Ainda assim, algumas estratégias adotadas se destacaram, como: a criação de um canal no Youtube para as atividades pedagógicas (creche conveniada); a elaboração de relatórios pedagógicos individuais (creche privada) e a oferta do aplicativo “Rio Educa em Casa” (rede municipal). Contudo, destacamos que uma das creches consultadas assumiu a posição de não fazer uso desse tipo de ferramenta tecnológica, considerando as dificuldades de acesso da maioria das famílias, e optou por priorizar a entrega de atividades aos pais em mãos na própria instituição.

O olhar das famílias e das crianças sobre a participação não foi alvo desta consulta, mas é uma das pautas previstas para as próximas etapas da pesquisa.

## Inclusão

A inclusão é um tema que tratamos de forma ampliada. Levamos em conta aspectos relacionados à educação e ao desenvolvimento infantil, potências e possíveis déficits. Mas também consideramos elementos socioeconômicos, de gênero, de etnia, de local de moradia e outras categorias sociais. Questões que impactam no desenvolvimento das crianças desde os primeiros anos de vida e se relacionam também as suas famílias.

No que diz respeito à Educação Infantil na Rocinha, a limitada oferta de vagas em creches é um aspecto fundamental a ser analisado. Esse fator impacta na vida das crianças na Primeira Infância e suas famílias, desde o berçário.

Segundo as pessoas consultadas, o berçário demanda estruturas físicas e recursos pedagógicos específicos que são mínimos na Rocinha.

Buscamos entender também sobre o atendimento às crianças com alguma deficiência e os entrevistados revelaram abordagens distintas nos diferentes tipos de creche<sup>iii</sup>. Na rede privada, a oferta de vagas passa por uma avaliação institucional, que verifica a existência de deficiências ou dificuldades de aprendizagem, podendo aceitar ou não a matrícula dialogando com a família. O apoio pedagógico especializado para crianças matriculadas é realizado de acordo com as possibilidades institucionais, mas o suporte é declarado frágil pelos entrevistados. Se forem identificados sinais de dificuldades no desenvolvimento, a família é convidada para uma conversa em que é indicada a necessidade de uma avaliação profissional externa. No momento da entrevista, a creche privada consultada declarou não ter crianças matriculadas com esse perfil.

Nas creches públicas e nas conveniadas à prefeitura, o cadastramento é realizado através de um sistema de fichas de inscrição. Nessas fichas, a identificação das deficiências é um dos elementos considerados para a priorização da matrícula. A diferença fundamental entre essas creches é que aquelas de oferta direta do município (chamadas de públicas) contam com profissionais qualificados e recursos pedagógicos para o atendimento de crianças com esse perfil. Na Rocinha, por exemplo, existe uma sala de recursos que atende as crianças dessas creches que apresentam demandas pedagógicas e que necessitam de estímulos específicos para o seu desenvolvimento<sup>iv</sup>.

Já as creches conveniadas contam com suportes limitados e não fazem uso da sala de

recursos da Rocinha. No período da pesquisa, não havia nenhuma criança com algum tipo de deficiência matriculada nas duas instituições conveniadas consultadas. Todavia, pelos relatos, ofertar atendimento de qualidade para crianças com esse perfil é um enorme desafio para essas creches, uma vez que elas não contam com recursos pedagógicos e profissionais especializados. A lacuna de capacitação institucional nesta área foi reconhecida nas entrevistas e foi declarado o desejo de oferecer suporte a essas crianças e de receber apoio externo para isso, mesmo por meio de voluntários.

Segundo os entrevistados, o convênio com o município determina um valor pago por cada criança matriculada (per capita) para o funcionamento das creches, mas esse valor está defasado e insuficiente, restringindo sua capacidade de atendimento. A identificação de sinais de atrasos no desenvolvimento ou na aprendizagem das crianças são percepções dos profissionais das creches, que se esforçam para não confundir características individuais com dificuldades que exigem diagnósticos clínicos. Nesses casos, as instituições indicam que as famílias busquem a rede de saúde para um possível diagnóstico e tratamento. Porém, as fragilidades da rede de serviços públicos para responder a esse tipo de demanda na Rocinha são reais e acabam gerando uma sobrecarga para as famílias.

## Segurança

As creches costumam ser consideradas espaços seguros para as crianças na Primeira Infância. Nessa consulta, identificamos junto às instituições na Rocinha que seus espaços físicos são estruturalmente seguros e periodicamente avaliados pelo município. A

Secretaria Municipal de Educação verifica aspectos relacionados à segurança física, estrutural, alimentar e sanitária das crianças. Embora, na rede privada, esse monitoramento aconteça de forma menos regular.

No entanto, alguns fatores afetam a segurança dos diferentes tipos de creche na comunidade. Esses elementos se relacionam às condições históricas de desenvolvimento das favelas da cidade do Rio de Janeiro. O acesso limitado a direitos básicos e a precariedade da oferta de serviços públicos são marcas que aprofundam as desigualdades entre os moradores da comunidade e aqueles que habitam outras áreas da cidade. A oferta precária de água potável, limpeza urbana e saneamento básico e a exposição à violência urbana no espaço público, inclusive com o uso de armas de fogo, foram identificadas como elementos que afetam profundamente as condições de saúde e a qualidade de vida das crianças na Rocinha.

Todas as creches locais, independentemente do perfil, têm seu funcionamento afetado pela falta de água e pela ocorrência frequente de conflitos armados. Em ambos os casos, as creches precisam ser fechadas, o que exige um constante replanejamento das atividades. A falta de água impede o uso de banheiros, cozinhas e refeitórios e, quando ocorrem tiroteios, a chegada segura das crianças e dos profissionais nas creches se torna inviável. Quando os tiroteios ocorrem no período em que as crianças estão na creche é necessário que a instituição recorra a estratégias de proteção imediata. No caso das unidades municipais e conveniadas, foi estabelecido um protocolo de segurança formal para esse

tipo de situação<sup>v</sup>. No entanto, a necessidade de adaptação da rotina das creches a situações de violência contraria direitos e deve ser repudiada<sup>vi</sup>.

Os resultados desta segunda consulta também destacaram a segurança relacionada à saúde como tema indispensável frente a pandemia de Covid-19. Os profissionais das creches e as famílias das crianças receberam orientações sobre as formas de prevenção e os protocolos de segurança para evitar a disseminação do novo coronavírus. Embora seja necessário reconhecer as limitações da população quanto ao acesso aos insumos de higienização das mãos, como água, sabão e/ou álcool em gel, e ao uso de máscaras<sup>vii</sup>.

No retorno das atividades presenciais para as crianças, uma nova rotina foi organizada nas creches. Está ocorrendo um rodízio das turmas para reduzir a quantidade de crianças por dia e foram estabelecidas restrições nos espaços de alimentação. O município condicionou essa reabertura das creches à adoção de protocolos sanitários e à higienização mais complexa das instituições. As creches privadas devem cumprir essas exigências com recursos próprios, as conveniadas precisam fazer uso do valor pago pelo município por cada criança matriculada (per capita) e as creches de oferta direta (chamadas de públicas) utilizam os serviços de higienização contratados pelo gestor público.

Durante as entrevistas, a insegurança financeira foi apontada como um fator que impacta o funcionamento das creches e que foi agravado durante a pandemia. As creches conveniadas sofreram com o atraso dos repasses financeiros do município e com uma redução percentual de 25% do montante recebido. De acordo com essas instituições, o valor pago por cada criança matriculada, que já era defasado, ficou ainda menor diante das novas exigências trazidas pela pandemia,

especialmente em relação à garantia de alimentação das crianças e de adaptação das aulas para o ensino remoto<sup>viii</sup>.

Já as creches privadas viram o pagamento de mensalidades ser drasticamente reduzido diante do aumento do desemprego e da instabilidade financeira das famílias. Na creche privada consultada foi necessário buscar apoio financeiro para custear as atividades pedagógicas propostas a fim de manter o vínculo com as crianças, mesmo à distância: “(...) nós continuamos trabalhando, mas é difícil porque as pessoas às vezes ficam até com vergonha de vir aqui e não estar contribuindo com nada”. As creches com maiores dificuldades financeiras precisaram demitir profissionais e recorrer a doações e/ou empréstimos bancários. No caso das unidades públicas, os profissionais concursados (com vínculo trabalhista estável) mantiveram seus empregos sem prejuízos, mas a prestação de serviços terceirizados foi interrompida.

A segurança alimentar também foi amplamente abordada nas entrevistas realizadas, tendo sido apontada como um dos fatores que afetou de maneira mais dramática as famílias durante a pandemia de Covid-19. A fome atingiu crianças, famílias e profissionais de creches, demitidos ou com salários atrasados e/ou reduzidos.

Um dos profissionais consultados abordou essa difícil situação: “Impactou na verdade a partir do momento que passou a atrasar o salário, porque quando vinha normalmente não tinha impactado. A gente conseguia pagar as despesas, a gente conseguia pagar os funcionários, estava tudo certo”.

As crianças que contavam com a alimentação garantida e regulada por nutricionistas nas unidades de ensino tiveram esse direito violado. As creches até ofertaram os apoios possíveis, com a ajuda de doações de parceiros e através do cartão-alimentação (no caso das unidades públicas), mas esses auxílios foram insuficientes para suprir as necessidades da comunidade, de acordo com os entrevistados. As creches conveniadas de origem comunitária foram as primeiras a acionar redes de solidariedade e grupos locais visando garantir a alimentação das crianças, uma vez que mantêm relações estreitas com a comunidade e conhecem os desafios das famílias de cada criança atendida.

## Considerações

### Finais

O acesso a espaços seguros, inclusivos e participativos é um direito das crianças. O projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva visa contribuir para o fortalecimento desses espaços. Por isso, compreender os desafios e as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças nas creches foi o tema central da consulta que apresentamos neste informe.

Nossos temas centrais de interesse foram marcados por um cenário de pesquisa bastante adverso: a pandemia de Covid-19. As creches, que estiveram fechadas, já haviam retomado suas funções administrativas, ofereciam apoio alimentar e pedagógico às crianças, mesmo à distância, e se preparavam para o retorno gradativo das atividades presenciais, com novos protocolos e rotinas.

Nessa segunda consulta realizada à comunidade da Rocinha, percebemos que os desafios da participação das famílias junto às creches foram intensificados pelo ensino à distância e pelo acesso limitado à internet e equipamentos adequados para a interação online.

As desigualdades de acesso a serviços públicos de qualidade impactam no desenvolvimento e na inclusão das crianças, especialmente em contextos como o que vivemos, em que milhões de famílias atravessam um período de desemprego e instabilidade financeira e emocional.

A pesquisa nos permitiu também abordar múltiplos aspectos da segurança que interferem na oferta e na qualidade do atendimento oferecido às crianças na Primeira Infância. Percebemos que a situação das creches com estruturas mais frágeis se agravou durante a pandemia, gerando ainda mais preocupação em relação à falta de vagas, um problema crônico da Rocinha. As demandas por novas unidades públicas e pela ampliação do número de vagas em creches vêm de muito tempo na comunidade.

Durante as entrevistas, perguntamos aos profissionais de creche que forma o projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva poderia contribuir para a educação das crianças na comunidade. O primeiro aspecto mencionado se refere ao fortalecimento da legitimidade e do reconhecimento das creches como espaços de desenvolvimento e aprendizagem para além dos cuidados assistenciais básicos. Um dos profissionais consultados declarou que é preciso ampliar o debate: *“(...) algo que eu acho que poucas pessoas, não são muitos grupos que trabalham, é a conscientização da família que a creche não é um lugar único e*

*exclusivamente para eles deixarem os filhos e ir trabalhar. A creche é um lugar de educação”.*

O segundo ponto levantado trata de possíveis referências e indicações de profissionais ou voluntários e de materiais educativos relacionados à questão da inclusão das crianças com algum tipo de deficiência. E um terceiro elemento citado indica o interesse da rede privada de estabelecer um diálogo com os espaços públicos de educação na Rocinha, de modo que haja maior proximidade com a gestão municipal e na expectativa de ampliar conhecimentos sobre a rede de serviços disponível para a Primeira Infância na comunidade.

Estes caminhos já estão sendo incluídos na agenda de discussão do projeto que, em outubro de 2021, deu início a formação de jovens moradores da comunidade para o desenvolvimento de ações e pesquisas com crianças na Primeira Infância. Em breve, traremos mais notícias sobre esse trabalho. Até lá, se você tiver interesse em saber mais e ajudar a construir o projeto, entre em contato pelo e-mail: [ciespi@ciespi.org.br](mailto:ciespi@ciespi.org.br) ou pelo WhatsApp: 21 98266 7045.

---

## Notas

<sup>i</sup> O projeto é desenvolvido com apoio do UK Global Challenges Research Fund (GCRF), Reino Unido (ES/T004002/1).

<sup>ii</sup> Embora expressões como “os profissionais” e “os educadores” sejam usadas de forma recorrente no presente texto, de acordo com a concordância da língua portuguesa e contribuindo para a manutenção do anonimato dos entrevistados, destacamos que a maior parte dos profissionais da educação infantil são mulheres.

<sup>iii</sup> De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), a inclusão escolar deve ser iniciada ainda na educação infantil, quando se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e do desenvolvimento global.

<sup>iv</sup> O Decreto nº 6.571/2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, obrigando a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino e reforçando que este deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola.

<sup>v</sup> O protocolo de segurança *Acesso Mais Seguro* é uma parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), que visa reduzir a exposição dos profissionais e dos equipamentos à violência armada. Fonte: <https://www.prefeitura.poa.br/sms/noticias/plataforma-digital-qualifica-programa-acesso-mais-seguro>.

<sup>vi</sup> O debate sobre a exposição às armas e sobre os tiroteios frequentes em favelas se faz necessário. Em 2017, as operações policiais no entorno de escolas em funcionamento chegaram a ser proibidas e, em 2020, foram proibidas operações policiais em favelas durante a pandemia de Covid-19. No entanto, na prática, a política bélica de segurança pública no Brasil não foi alterada por estas decisões. Fontes: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/18/rj-teve-300-tiroteios-perto-de-escolas-e-creches-em-200-dias-de-aula-diz-fogo-cruzado.ghtml> e <https://ponte.org/comunidades-do-rj-comemoram-decisao-do-stf-que-proibiu-operacoes-policiais/>.

<sup>vii</sup> A Organização Mundial da Saúde recomenda o uso de máscaras para pessoas a partir dos 12 anos de idade. Para crianças entre 5 e 11 anos a decisão pelo uso de máscara deve considerar fatores relacionados as suas capacidades, interferência no seu desenvolvimento e riscos potenciais de agravamento e morte por Covid-19. Fonte: <https://aps.bvs.br/aps/qual-e-a-recomendacao-para-uso-de-mascaras-por-criancas/>.

<sup>viii</sup> A Associação das Creches e Pré-Escolas Conveniadas Confessionais Comunitárias e Filantrópicas do Município do Rio de Janeiro (ACREPERJ) tem sido uma importante representação dessas instituições e foi mencionada nas entrevistas. Dentre suas pautas estão as negociações sobre as reduções financeiras durante a pandemia, os atrasos nas parcelas do convênio e a defasagem do valor per capita do convênio municipal.



THE UNIVERSITY  
of EDINBURGH



Economic  
and Social  
Research Council

